



Alusa Engenharia S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e 2011**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e aos Acionistas da
Alusa Engenharia S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Alusa Engenharia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras


Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía debêntures e empréstimos bancários classificados no passivo não circulante no montante de R\$ 165.793 mil e R\$ 37.474 mil, respectivamente, totalizando R\$ 203.267 mil, para os quais o Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples (Escritura) e os contratos de empréstimos incluíam cláusulas de “covenants”, conforme apresentados nas Notas Explicativas nº 13 e 14. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não cumpriu com os índices financeiros mínimos estabelecidos na cláusula VII (xxi) de “covenants” da Escritura e cláusula 5.2 dos contratos de empréstimos, deixando assim de ter o direito incondicional de efetuar os pagamentos classificados como não circulantes após doze meses da data base das demonstrações financeiras, uma vez que a Companhia dependia, conforme estabelecido na Escritura e contratos de empréstimos, de deliberação futura dos debenturistas e banco. No entanto, conforme descrito na Nota Explicativa 25, a Companhia obteve uma anuência dos debenturistas em Assembléia realizada em 26 de março de 2013 e uma anuência do banco em 28 de março de 2013. Com base nesses documentos, a Administração da Companhia optou por não reclassificar o montante citado acima para o passivo circulante. Esse procedimento, em nosso entendimento, está em desacordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1). Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2012 o passivo não circulante está apresentado a maior e o passivo circulante está apresentado a menor em R\$ 203.267 mil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alusa Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 28 de março de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Fabio Lopes Sant'Anna
Contador CRC 1SP198475/O-9

Alusa Engenharia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/12	31/12/11 (Reclassificado)	31/12/12	31/12/11 (Reclassificado)
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	155.254	107.221	144.948	100.095
Contas a receber de clientes e outros créditos	6	753.657	585.360	645.839	555.120
Estoques	8	113.013	61.252	108.497	42.986
Ativo fiscal corrente	9.a	65.984	29.025	64.162	23.761
Adiantamento a fornecedores de serviços	10	172.569	67.193	168.999	64.556
Pagamentos antecipados		2.624	2.212	2.163	1.759
		<u>1.263.101</u>	<u>852.263</u>	<u>1.134.608</u>	<u>788.277</u>
Não circulante					
Contas a receber de clientes e outros créditos	6	101.903	169.945	100.734	169.714
Investimentos	11	3.445	4.211	31.004	40.910
Imobilizado	12	168.706	141.676	130.644	114.992
Intangíveis		1.597	2.169	1.518	2.102
		<u>275.651</u>	<u>318.001</u>	<u>263.900</u>	<u>327.718</u>
		<u><u>1.538.752</u></u>	<u><u>1.170.264</u></u>	<u><u>1.398.508</u></u>	<u><u>1.115.995</u></u>

Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/12	31/12/11 (Reclassificado)	31/12/12	31/12/11 (Reclassificado)
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	279.738	116.827	253.423	109.653
Debêntures	14	75.658	85.843	75.658	85.843
Fornecedores e outras contas a pagar	15	233.850	148.235	214.698	136.910
Salários, férias e encargos sociais		62.927	39.388	54.139	36.340
Contribuições e impostos a recolher		40.287	19.180	36.123	15.910
Provisão para imposto de renda e contribuição social		5.053	4.904	-	-
Adiantamento de clientes	16	122.278	70.521	51.838	47.224
Parcelamento de impostos	17	3.596	2.644	3.559	2.644
Dividendos		-	15.468	4.484	15.468
Receita diferida		10.534	2.488	10.534	2.488
		<u>833.921</u>	<u>505.498</u>	<u>704.456</u>	<u>452.480</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	195.277	79.154	177.851	63.046
Debêntures	14	165.793	231.615	165.793	231.615
Fornecedores e outras contas a pagar	15	756	421	8.726	13.723
Parcelamento de impostos	17	12.498	14.813	12.169	14.813
Provisão para contingências	18	8.263	5.673	7.424	5.362
Passivo fiscal diferido	9.b	26.301	21.722	26.148	23.590
		<u>408.888</u>	<u>353.398</u>	<u>398.111</u>	<u>352.149</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	19	204.966	204.966	204.966	204.966
Reserva de lucros		84.006	103.622	84.006	103.622
Ajustes acumulados de conversão		6.969	2.778	6.969	2.778
		<u>295.941</u>	<u>311.366</u>	<u>295.941</u>	<u>311.366</u>
Patrimônio líquido atribuível aos controladores					
Participações de acionistas não controladores	2	2	2	-	-
		<u>295.943</u>	<u>311.368</u>	<u>295.941</u>	<u>311.366</u>
		<u><u>1.538.752</u></u>	<u><u>1.170.264</u></u>	<u><u>1.398.508</u></u>	<u><u>1.115.995</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alusa Engenharia S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ações)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Receita	20	1.358.240	1.228.111	1.172.077	1.118.474
Custo dos serviços prestados/mercadorias revendidas		(1.219.928)	(981.495)	(1.065.909)	(899.501)
Depreciação		<u>(16.616)</u>	<u>(10.629)</u>	<u>(13.085)</u>	<u>(9.649)</u>
Lucro bruto		<u>121.696</u>	<u>235.987</u>	<u>93.083</u>	<u>209.324</u>
Despesas de vendas		(6.072)	(27.428)	(5.048)	(9.651)
Administrativas e gerais	21	(59.931)	(50.985)	(32.395)	(42.268)
Depreciação		(2.853)	(2.558)	(1.219)	(1.234)
Resultado de equivalência patrimonial	11	683	2.832	(9.637)	2.289
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(55)</u>	<u>(10.162)</u>	<u>30</u>	<u>(10.490)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		53.468	147.686	44.814	147.970
Receitas financeiras	22	22.762	24.923	23.253	25.755
Despesas financeiras	22	<u>(88.895)</u>	<u>(77.816)</u>	<u>(85.912)</u>	<u>(76.317)</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(66.133)	(52.893)	(62.659)	(50.562)
Resultado antes dos impostos		(12.665)	94.793	(17.845)	97.408
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	9	(2.370)	(5.183)	789	(3.268)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	9	<u>(4.581)</u>	<u>(24.480)</u>	<u>(2.560)</u>	<u>(29.010)</u>
Resultado do exercício		<u>(19.616)</u>	<u>65.130</u>	<u>(19.616)</u>	<u>65.130</u>
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(19.616)	65.130	(19.616)	65.130
Acionistas não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado do exercício		<u>(19.616)</u>	<u>65.130</u>	<u>(19.616)</u>	<u>65.130</u>
(Prejuízo) lucro por ação - controladores		(0,10)	0,32	(0,10)	0,32
(Prejuízo) lucro por ação - não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Média ponderada das ações		<u>204.966.000</u>	<u>204.966.000</u>	<u>204.966.000</u>	<u>204.966.000</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alusa Engenharia S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

Nota	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Resultado do exercício	(19.616)	65.130	(19.616)	65.130
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	4.191	2.400	4.191	2.400
Resultado abrangente total	<u>(15.425)</u>	<u>67.530</u>	<u>(15.425)</u>	<u>67.530</u>
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	(15.425)	67.530	(15.425)	67.530
Acionistas não controladores	-	-	-	-
Resultado abrangente total	<u>(15.425)</u>	<u>67.530</u>	<u>(15.425)</u>	<u>67.530</u>
(Prejuízo) lucro por ação - controladores	(0,08)	0,33	(0,08)	0,33
(Prejuízo) lucro por ação - não controladores	-	-	-	-
Média ponderada das ações	<u>204.966.000</u>	<u>204.966.000</u>	<u>204.966.000</u>	<u>204.966.000</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alusa Engenharia S.A.

Demonstrações de mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora					Participação de acionistas não controladores	Total	
		Capital social	Reserva de lucros		Ajustes acumulados de conversão	Lucros ou (prejuízos) acumulados			Total do Patrimônio atribuível aos controladores
			Reserva legal	Retenção de lucros					
Saldos em 1º de janeiro de 2010		204.966	1.481	45.445	378	-	252.270	2	252.272
Resultado do exercício		-	-	-	-	65.130	65.130	-	65.130
Reserva legal		-	3.257	-	-	(3.257)	-	-	-
Dividendos		-	-	7.034	-	(15.468)	(8.434)	-	(8.434)
Reservas estatutárias		-	-	46.405	-	(46.405)	-	-	-
Outros resultados abrangentes:									
Ajuste de conversão de moeda estrangeira		-	-	-	2.400	-	2.400	-	2.400
Saldos em 31 de dezembro de 2011		204.966	4.738	98.884	2.778	-	311.366	2	311.368
Resultado do exercício		-	-	-	-	(19.616)	(19.616)	-	(19.616)
Absorção de prejuízos com reserva de lucros		-	-	(19.616)	-	19.616	-	-	-
Outros resultados abrangentes:									
Ajuste de conversão de moeda estrangeira		-	-	-	4.191	-	4.191	-	4.191
Saldos em 31 de dezembro de 2012	19	<u>204.966</u>	<u>4.738</u>	<u>79.268</u>	<u>6.969</u>	<u>-</u>	<u>295.941</u>	<u>2</u>	<u>295.943</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alusa Engenharia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2010

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo) lucro antes dos impostos	(12.665)	94.793	(17.845)	97.408
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	19.469	13.187	14.304	10.883
Provisões para perda de investimentos	-	-	-	(138)
Despesas financeiras líquidas	8.929	28.851	8.384	28.658
Provisões para contingências	2.590	2.412	2.062	2.407
Ajuste (reversão) para liquidação de devedores duvidosos	990	(721)	990	(721)
Ajuste para perda de adiantamento a fornecedores	5.313	-	5.313	-
Ajuste de equivalência patrimonial de exercício anterior	448	-	448	-
Resultado de equivalência patrimonial	(1.131)	(2.856)	9.190	(2.289)
	<u>23.943</u>	<u>135.666</u>	<u>22.846</u>	<u>136.208</u>
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber de clientes e outros créditos	(101.245)	(169.978)	(22.729)	(177.231)
Estoques	(51.761)	(30.606)	(65.511)	(24.748)
Ativo fiscal corrente	(36.959)	160	(40.401)	1.729
Adiantamento a fornecedores	(110.689)	6.465	(109.756)	5.125
Pagamentos antecipados	(412)	2.193	(404)	2.642
Dividendos recebidos	7.197	2.210	9.064	3.521
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores e outras contas a pagar	85.950	25.627	72.791	31.246
Salários, férias e encargos sociais	23.539	16.346	17.799	13.784
Contribuições e impostos a recolher e impostos parcelados	19.744	(4.239)	18.484	(5.958)
Adiantamentos de clientes	51.757	13.572	4.614	1.561
Dividendos	(15.468)	-	(10.984)	-
Receitas diferidas	8.046	2.488	8.046	2.488
	<u>(120.301)</u>	<u>(135.762)</u>	<u>(118.987)</u>	<u>(145.841)</u>
Imposto de renda e na contribuição social pagos	(2.221)	(11.072)	789	(11.766)
Juros de empréstimos pagos	53.738	34.033	51.662	33.359
Fluxo de caixa (usado nas) proveniente das atividades operacionais	<u>(44.841)</u>	<u>22.865</u>	<u>(43.690)</u>	<u>11.960</u>
Fluxos de caixa de atividades de investimento				
Alienação de investimento, imobilizado e intangível	1.667	3.869	588	3.222
Aquisição de propriedade para investimento	-	(2.700)	-	(2.700)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(47.840)	(77.813)	(30.224)	(56.404)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento	<u>(46.173)</u>	<u>(76.644)</u>	<u>(29.636)</u>	<u>(55.882)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de capital	-	-	(3.030)	-
Reclassificação de investimento	(1.311)	-	(1.311)	1.311
Captação de empréstimos e financiamentos	466.803	500.698	440.860	482.085
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(326.445)	(388.120)	(318.340)	(381.120)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	<u>139.047</u>	<u>112.578</u>	<u>118.179</u>	<u>100.965</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>48.033</u>	<u>58.799</u>	<u>44.853</u>	<u>57.043</u>
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	107.221	48.422	100.095	43.052
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	155.254	107.221	144.948	100.095
	<u>48.033</u>	<u>58.799</u>	<u>44.853</u>	<u>57.043</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia foi constituída em 29 de janeiro de 1988 na cidade de São Paulo, Capital, e tem como objeto social dentre as atividades principais a prestação de serviços de engenharia civil, elétrica, hidráulica, de telecomunicações e revenda de mercadorias.

A Companhia participa das seguintes parcerias:

- Possui participação de 50% no Consórcio ALUMPE no qual atua como administradora e líder. O Consórcio ALUMPE é uma associação entre a Alusa Engenharia S.A. e a MPE Montagens e Projetos Especiais S.A. para execução do novo sistema de cogeração, aplicações de subestações e construção de uma nova subestação para as Unidades Recuperadoras de Enxofre (URE's) em Paulínia, Estado de São Paulo; e
- Possui participação de 33,34% no Consórcio Alusa - Galvão - Tomé no qual atua como administradora e líder. O Consórcio Alusa-Galvão-Tomé é uma associação entre a Alusa Engenharia S.A., Galvão Engenharia S.A. e Tomé Engenharia e Transportes S.A. para fornecimento de materiais, equipamento e serviços relativos à análise de consistência do projeto básico, projeto executivo, venda de mercadorias, construção civil, montagem eletromecânica, comissionamento, apoio a pré-operação e a operação assistida, assistência técnica e treinamentos para construção na área "On-Site" na Refinaria Landulpho Alves de Mataripe, no município de São Francisco do Conde, Estado da Bahia.
- Possui participação de 60% no Consórcio Alusa - CBM no qual atua como administradora e líder. O Consórcio Alusa-CBM é uma associação entre a Alusa Engenharia S.A. e a Construtora Barbosa Mello S.A. para implantação de parte das unidades da carteira de enxofre, compreendendo as unidades de tratamento de águas ácidas (U-41, U-42, U-43 e U-44), incluindo os respectivos sistemas de tancagem, seções de tratamento com MDEA para as unidades U-21 e U-22 (unidades de coqueamento retardado UCR), U-26 e U-27 (unidades de tratamento cáustico regenerativo - UTCR) e U-31 e U-32 (unidades de hidrotreamento de Diesel – UHDT-D), unidades de regeneração de MDEA (U-28, U-29, U-38 e U-39), incluindo os respectivos sistemas de tancagem, unidade de neutralização de soda (U-48), subestações SE-9300 e SE-9400, casas de controle local CCL-93 e CCL-94, interligações das unidades acima com off-sites, com as unidades de recuperação de enxofre (U-45 e U-46), com as unidades de abatimento de emissões - SNOx (U-93 e U-94), com as unidades de tratamento cáustico regenerativo – UTCR (U-26 e U-27) e com as unidades de hidrotreamento de diesel – UHDT-D (U-31 e U-32), incluindo fornecimento de materiais, fornecimento parcial de equipamentos, projeto, construção civil, montagem eletromecânica, preservação, condicionamento, testes, assistência à operação, assistência técnica e treinamentos, para a Refinaria Abreu e Lima S.A. RNEST, para a Implementação de Empreendimento de Unidades de Destilação Atmosférica e de Coque (IEDACR), da Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás/Engenharia/IERENEST, no Município de Ipojuca, Estado de Pernambuco.
- Possui participação de 51% no Consórcio Alusa - MPE no qual atua como administradora e líder. O Consórcio Alusa-MPE é uma associação entre a Alusa Engenharia S.A. e a MPE

Montagens e Projetos Especiais S.A. para a execução das obras de implantação dos tanques de petróleo e água de formação e subestação elétrica das unidades de abatimento de emissões, fornecimento de bens e FEED, elaboração do projeto executivo, construção civil, montagem eletromecânica, interligações e comissionamento (condicionamento, testes, apoio à pré-operação e à operação assistida) para construção, implementação de empreendimentos para o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – IECOMPERJ, no Município de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro.

- Possui participação de 49% no Consórcio EBE – Alusa, que é uma associação entre a Empresa Brasileira de Engenharia S.A. – EBE e a Alusa Engenharia S.A. para execução das obras de implantação das unidades de abatimento de emissões – SNOX (U-93 e U-94), incluindo o fornecimento de materiais e equipamentos, construção civil, montagem eletromecânica, preservação, condicionamento, testes, assistência à operação, técnica e treinamentos, para a Refinaria Abreu e Lima S.A. – RNEST, para implementação de empreendimentos de unidades de destilação atmosférica e de coque, da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS.

Os Consórcios não têm responsabilidade jurídica própria, e devem ser considerados como um acordo através do qual as partes cooperam-se, mutuamente, para prestação de serviços. Os ativos, passivos e resultados dos Consórcios são registrados pela Companhia na proporção de sua participação nos mesmos.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

- As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP)

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 28 de março de 2013.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota nº 12 - Imobilizado

Nota nº 13.b - Arrendamentos mercantis

As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro está incluída na seguinte nota explicativa:

Nota nº 6 - Contas a receber de clientes e outros créditos

Nota nº 8 – Estoques

Nota nº 9.b – Ativo fiscal diferido

Nota nº 18 - Provisão para contingências

2.5 Reclassificação

No balanço patrimonial, os ativos fiscais diferidos no montante de R\$ 9.710 (consolidado) e R\$ 5.556 (controladora) registrados anteriormente no ativo não circulante, estão sendo apresentados em seus montantes líquidos no passivo não circulante. Tal reclassificação foi efetuada no balanço patrimonial individual e consolidado de 31 de dezembro de 2011 para fins de comparabilidade.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia e suas controladas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

- ***Controladas e controladas em conjunto***

As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto (Joint venture) são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle e/ou controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle, controle compartilhado, deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime das decisões estratégicas e operacionais.

Uma operação controlada em conjunto, principalmente dos consórcios firmados entre a

Companhia e outras empresas, é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo das operações em conjunto. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os ativos que a Companhia controla e os passivos nos quais ele incorre durante o curso das atividades visando à operação conjunta, e as despesas nas quais a Companhia tenha incorrido e sua participação nas receitas que auferir da operação conjunta.

Os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto (consórcios) são consolidados linha a linha no balanço e no resultado de acordo com o percentual de participação mantido pela Companhia em cada consórcio,

- ***Investimentos em coligadas***

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, mantém entre 20 e 50 por cento do poder votante da outra entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo.

- ***Transações eliminadas na consolidação***

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

- ***Transações em moeda estrangeira***

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

- ***Operações no exterior***

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido.

c. Instrumentos financeiros

- *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

- *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem, caixa e banco, contas a receber de clientes, outros créditos, partes relacionadas, entre outros.

- *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e investimentos financeiros com original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

- *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

- ***Instrumentos financeiros derivativos***
Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2012 e 2011.
- ***Capital social***
Ações ordinárias nominativas são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto e quando consignados ao final do exercício, são reconhecidos como passivo.

d. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela revenda de equipamentos ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas como ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Conforme disposto no CPC 12, o ajuste a valor presente não foi registrado em virtude de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.

e. Serviços a faturar

Referem-se à apropriação de receitas sobre serviços efetuados, porém ainda não faturados.

f. Imobilizado

- ***Reconhecimento e mensuração***
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessária.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

- ***Custos subsequentes***

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- ***Depreciação***

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na Nota Explicativa nº 12.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

- g. Propriedade para investimentos**

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para valorização de capital, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer, alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como ativo imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

- h. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de beneficiamento e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

- i. Redução ao valor recuperável**

- i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)***

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que A Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

j. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial.

k. Benefícios a empregados

• ***Benefícios de término de vínculo empregatício***

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando está comprovadamente comprometido, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data-base das demonstrações financeiras, então eles são descontados aos seus valores presentes.

• ***Benefícios de curto prazo a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

- ***Plano de Contribuição definida***

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: plano de previdência privada com contribuição definida administrado pelo Itaú Seguros e Previdência, conforme Nota Explicativa nº 7.c.

l. Custo de transação na emissão de títulos

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A utilização do custo amortizado faz com que os encargos financeiros reflitam o efetivo custo do instrumento financeiro e não somente a taxa de juros contratual. Assim, a taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

m. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

n. Receita operacional

- ***Revenda de mercadorias***

A receita operacional de revenda de mercadorias no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade das mercadorias foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com as mercadorias vendidas, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

- ***Contratos de construção (serviços)***

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais (aditivos de contratos), ajustes de preços, as reclamações e os pagamentos de incentivo contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do custo incorrido da obra, aplicando a margem esperada do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. Para os casos em que o faturamento supera o valor da receita reconhecida no resultado pelo custo incorrido é registrado no passivo uma receita diferida.

o. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

p. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre mútuos e variação cambial com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

q. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

r. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

s. Determinação de valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

t. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

CPC 36 (R3) Demonstrações Financeiras Consolidadas

CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto

CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades

O CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas trata das demonstrações financeiras consolidadas. De acordo com o CPC 36 (R3), existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, o CPC 36 (R3) inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Orientações abrangentes foram incluídas no CPC 36 (R3) para abordar cenários complexos.

O CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificada. Os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Por outro lado, de acordo com o CPC 19 (R2), existem três tipos de acordos de participação: entidades controladas em conjunto, ativos controlados em conjunto e operações controladas em conjunto. Adicionalmente, de acordo com a CPC 19 (R2), as joint ventures devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, de acordo com a CPC 19 (R2), podem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de contabilização proporcional.

O CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a CPC 45 são mais abrangentes do que as normas atuais.

A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor. Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração está avaliando o impacto desses pronunciamentos e não espera que essas novas normas, interpretações e

alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Alusa Engenharia S.A. e das suas controladas e controladas em conjunto a seguir relacionadas:

	<u>Porcentagem de participação</u>	
	31/12/12	31/12/11
Alusa Ingeniería Ltda. (Chile)	99,99%	99,99%
Alusa Ingeniería de Centroamerica S.A. (Costa Rica)	100,00%	100,00%
Alusa Ingeniería Peru SAC (**)	-	99,99%
Alusa Engenharia Ltda. Sucursal Del Peru	100,00%	100,00%
Alusa Engenharia Ltda. Sucursal Argentina	100,00%	100,00%
Indústria Naval de Pernambuco S.A. (*)	50,00%	50,00%
Alusa Ingeniería S.A. (Argentina) (*)	49,00%	49,00%
Alumpe Com. Varejista de Equip. e Materiais de Construção Ltda. (*)	50,00%	50,00%
AGT Com. Varejista de Equip. e Materiais de Construção Ltda. (*)	33,34%	33,34%
Alta Energia S.A. (*)	49,98%	49,98%
Green Luce Soluções Energéticas S.A. (*)	50,98%	50,98%

(*) Empresas controladas em conjunto

(**) Empresa encerrada em 16/02/2012.

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas empresas do grupo.

As principais práticas de consolidação adotadas foram às seguintes:

- Eliminação do investimento da controladora nas suas controladas
- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas
- Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

As empresas controladas em conjunto são avaliadas por equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidadas proporcionalmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Para apuração do montante de participação da Companhia sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e sobre as receitas e despesas, a mesma realiza mensalmente a consolidação proporcional pelos percentuais de sua participação sobre os saldos em abertos do balanço dos consórcios relacionados acima.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Caixa	618	483	366	380
Bancos - Depósitos à vista	20.448	19.619	19.011	15.277
Aplicações financeiras de curto prazo	<u>134.188</u>	<u>87.119</u>	<u>125.571</u>	<u>84.438</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>155.254</u>	<u>107.221</u>	<u>144.948</u>	<u>100.095</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, com remuneração equivalente a 20% da taxa média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) de um dia. Essas aplicações podem ser resgatadas imediatamente pela Companhia sem quaisquer descontos ou multa, ou seja, possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A exposição do grupo a riscos de taxas de juro e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 23.

6 Contas a receber de clientes e outros créditos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Duplicatas a receber	59.220	61.466	32.228	43.699
Medições a faturar	932.325	634.274	855.673	625.513
(-) Adiantamento de clientes	(322.967)	(138.314)	(322.967)	(138.314)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.054)	(1.064)	(2.054)	(1.064)
Partes relacionadas	99.112	168.239	98.231	168.242
Consórcio de obras	62.583	14.480	62.583	14.480
Outras contas a receber	<u>27.341</u>	<u>16.224</u>	<u>22.879</u>	<u>12.278</u>
Total	<u>855.560</u>	<u>755.305</u>	<u>746.573</u>	<u>724.834</u>
Não circulante	101.903	169.945	100.734	169.714
Circulante	753.657	585.360	645.839	555.120

A Companhia tem como critério constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa para clientes em processo de concordata e para títulos vencidos acima de 360 dias, exceto para empresas públicas e governamentais que representa basicamente a perda histórica. Consórcio de obras: Refere-se ao resultado acumulado dos consórcios listados na Nota Explicativa nº 1.

6.1 Movimentação de provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Saldo inicial	1.064	7.839	1.064	7.839
Adições	998	296	998	296
Reversões	(8)	(1.017)	(8)	(1.017)
Baixas	<u>-</u>	<u>(6.054)</u>	<u>-</u>	<u>(6.054)</u>
Saldo final	<u>2.054</u>	<u>1.064</u>	<u>2.054</u>	<u>1.064</u>

A exposição a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas à contas a receber de clientes e a outras contas, exceto trabalhos de construção em andamento, são divulgadas na Nota Explicativa nº 23.

6.2 Aging-list de duplicatas a receber

	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
A vencer	<u>41.903</u>	<u>39.928</u>	<u>14.934</u>	<u>23.368</u>
Vencidos				
Até 3 meses	888	9.839	865	9.280
De 3 a 6 meses	655	3.269	655	2.938
De 6 a 12 meses	7.476	3.956	7.476	3.767
Acima de 12 meses	<u>8.298</u>	<u>4.474</u>	<u>8.298</u>	<u>4.346</u>
	<u>17.317</u>	<u>21.538</u>	<u>17.294</u>	<u>20.331</u>
Total	<u>59.220</u>	<u>61.466</u>	<u>32.228</u>	<u>43.699</u>

6.3 Partes relacionadas

Veja detalhes e composição de Partes relacionadas na Nota Explicativa nº 7.

7 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 decorrem de transações com a Companhia, sua controladora, suas controladas, empresas ligadas e pessoal chave, conforme segue:

Alusa Engenharia S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e 2011

ATIVO	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Não circulante				
Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC				
Alusa Engenharia Ltda. - Sucursal Del Peru	-	-	-	98
Alusa Ingeniería Peru SAC	-	-	-	98
Total AFAC	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>196</u>
Operações de mútuo e cessões de crédito				
ERG Projetos e Construções	1.881	3.020	1.881	3.020
Cavan Pré-Moldado S.A.	50.720	52.420	50.720	52.420
CIME Participações S.A.	15.894	86.008	15.894	86.008
EBAC-Empresa Brasileira de Artefatos de Concreto	367	301	367	301
Guarupart Participações Ltda.	3.112	2.152	-	-
AGT Com. Var. Equip. Mat. Constr. Ltda	-	-	1.990	2.031
Green Luce Soluções Energéticas S.A.	-	123	940	250
Outros	<u>721</u>	<u>199</u>	<u>22</u>	<u>-</u>
Total de mútuo e cessões de crédito	<u>72.695</u>	<u>144.223</u>	<u>71.814</u>	<u>144.030</u>
Outras contas a receber				
CIME Participações S.A. (*)	<u>26.417</u>	<u>24.016</u>	<u>26.417</u>	<u>24.016</u>
Total de não circulante	<u>99.112</u>	<u>168.239</u>	<u>98.231</u>	<u>168.242</u>

(*) Em dezembro de 2008 foi alienado o investimento ERG Projeto e Construções Ltda. para a controladora CIME Participação S.A. Para o contrato reconhecemos juros de 10% a.a.

PASSIVO	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Não circulante				
Operações de mútuo				
Alusa Ingeniería Centroamerica S.A.	-	-	5.868	5.906
Alumpe Com. Var. de Eq. Mat. Const. Ltda.	-	-	-	6.618
Alusa Ingeniería Ltda. – Chile	-	-	2.322	1.104
Alusa Engenharia Ltda. Sucursal Argentina	-	-	92	95
Outros	<u>312</u>	<u>421</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de mútuo	<u>312</u>	<u>421</u>	<u>8.282</u>	<u>13.723</u>

a. Contrato de mútuo

Os contratos de mútuo entre as empresas possuem remuneração correspondente de 10% a.a. exceto o contrato firmado entre a Companhia e a ERG que permanece remunerado à taxa de 0,5% ao mês. Não existem projetos ou outras receitas/despesas com empresas do grupo.

Principais transações com empresas ligadas que afetaram o resultado:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Receitas financeiras				
Juros s/ mútuos	14.751	15.099	14.882	15.547
Variação cambial s/ mútuos	-	118	1.633	1.435
Despesas financeiras				
Juros s/ mútuos	(15)	(2.234)	(523)	(2.460)
Variação cambial s/ mútuos	(644)	(566)	(2.169)	(1.983)
IOF s/ mútuos	(133)	(296)	-	(296)
	<u>13.959</u>	<u>12.121</u>	<u>13.823</u>	<u>12.243</u>

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal chave da administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui o presidente e os diretores e contemplam salários, honorários e benefícios variáveis. A Companhia apresenta, no quadro a seguir, informações sobre remuneração chave da administração em:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Remuneração da administração/diretoria	8.197	8.770	6.673	7.380

c. Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: plano de previdência privada com contribuição definida administrada pelo Itaú Seguros e Previdência, seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, vale transporte, fornecimento de refeições prontas e vale refeições. Em 31 de dezembro de 2012, os benefícios acima representaram a aplicação de R\$ 75.977 (R\$ 56.142 no período equivalente de 2011), correspondentes respectivamente, 6,5% e 5%, de sua receita operacional líquida.

d. Controladora final

A controladora direta da Companhia é Guarupart Participações Ltda. e a controladora final é Cime Participações S.A.

8 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Mercadorias para revenda	32.508	29.781	32.464	17.101
Estoques a faturar	64.175	19.358	64.175	19.358
Material de aplicação	6.794	10.025	2.359	4.439
Estoques em poder de terceiros	11.730	6.369	11.693	6.369
Provisão para perda de estoques	(2.194)	(4.281)	(2.194)	(4.281)
	<u>113.013</u>	<u>61.252</u>	<u>108.497</u>	<u>42.986</u>

	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Saldo inicial	4.281	1.419	4.281	1.419
Adições	-	3.300	-	3.300
Reversões	<u>(2.087)</u>	<u>(438)</u>	<u>(2.087)</u>	<u>(438)</u>
Saldo final	<u>2.194</u>	<u>4.281</u>	<u>2.194</u>	<u>4.281</u>

A Companhia tem como critério constituir provisão para perda de estoques quando não há expectativa de realização do estoque e para as obras que foram concluídas e o estoque não foi revendido ou utilizado para consumo na obra.

9 Ativo fiscal corrente e passivo diferido

a. Composição do ativo fiscal corrente

	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
ICMS a compensar	19.557	9.661	19.557	7.261
COFINS a compensar	11.176	4.321	11.044	3.870
Retenção de IRRF s/ Prest. Serv.	12.886	5.219	12.788	5.156
Retenção de CSSL s/ Prest. Serv.	5.345	4.722	5.273	4.619
CSLL a compensar	6.441	1.445	6.441	1.445
IRRF s/ Mútuos	6.124	1.318	5.942	1.242
Outros	<u>4.455</u>	<u>2.339</u>	<u>3.117</u>	<u>168</u>
	<u>65.984</u>	<u>29.025</u>	<u>64.162</u>	<u>23.761</u>

b. Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) aos prejuízos fiscais e às bases negativas, que não possuem prazo prescricional, mas têm o seu aproveitamento limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis, (ii) às diferenças temporárias, entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos tiveram a seguinte origem:

Consolidado

	31/12/12		31/12/11	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Ativo				
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	18.685	6.728	-	-
Provisão para perda de adiantamento fornecedores	2.682	966	1.355	487
Provisão para devedores duvidosos	514	185	265	96
Perda de cliente Transchile	3.028	1.090	2.178	784
Provisão para perda em estoque	548	197	1.070	385
Provisão para contingências	1.888	679	1.418	511
Outras provisões	<u>1.312</u>	<u>471</u>	<u>854</u>	<u>307</u>
Total	<u>28.657</u>	<u>10.316</u>	<u>7.140</u>	<u>2.570</u>
Passivo				
Diferimento do lucro	42.122	15.398	19.964	7.186
Provisão de crédito de contrato	1.731	623	942	339
Depreciação do imobilizado	3.970	1.430	1.684	606
Outras provisões	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>523</u>	<u>188</u>
Total	<u>47.823</u>	<u>17.451</u>	<u>23.113</u>	<u>8.319</u>
	31/12/12		31/12/11	
Passivo fiscal diferido		<u>26.301</u>		<u>21.722</u>

Controladora

	31/12/12		31/12/11	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Ativo				
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	18.685	6.728	-	-
Provisão para perda de adiantamento de fornecedores	2.682	966	1.354	487
Provisão para devedores duvidosos	514	185	265	96
Provisão para contingências	1.834	660	1.341	483
Provisão para perda em estoques	548	197	1.070	385
Outras provisões	<u>320</u>	<u>115</u>	<u>55</u>	<u>20</u>
Total	<u>24.583</u>	<u>8.851</u>	<u>4.085</u>	<u>1.471</u>
Passivo				
Diferimento do lucro	40.824	14.697	19.964	7.186
Depreciação do imobilizado	<u>2.986</u>	<u>1.075</u>	<u>1.468</u>	<u>528</u>
Total	<u>43.810</u>	<u>15.772</u>	<u>21.432</u>	<u>7.714</u>
	31/12/12		31/12/11	
Passivo fiscal diferido		<u>26.148</u>		<u>23.590</u>

De acordo com o Pronunciamento CPC nº 32 - Tributos sobre o Lucro, aprovado pela Resolução CFC nº 1.189/09, a Companhia fundamenta o registro contábil dos seus créditos fiscais na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico. Caso apresentem fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas serão revisadas durante o exercício social corrente.

A realização das diferenças temporárias, além de ocorrer em função dos resultados projetados, depende também da conclusão dos fatos contábeis ou das ações judiciais que lhes deram origem.

Os impostos diferidos passivos são provenientes de:

- diferimento do lucro sobre os contratos de prazo de vigência superior a doze meses, firmados com pessoa jurídica de direito público ou empresa sob seu controle, empresa pública, sociedade de economia mista ou sua subsidiária; e,
- mudança da vida útil do ativo imobilizado em relação a taxa fiscal de depreciação

c. Conciliação da taxa efetiva

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, para os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos anos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é apresentada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Lucro (prejuízo) antes da tributação	<u>(12.665)</u>	<u>94.793</u>	<u>(17.845)</u>	<u>97.408</u>
I Valor base IRPJ e CSLL	<u>(4.283)</u>	<u>32.205</u>	<u>(6.044)</u>	<u>33.095</u>
Alíquota 15% IRPJ e 9% CSLL	(3.040)	22.750	(4.283)	23.378
Alíquota adicional 10% IRPJ com dedução de R\$ 240	(1.243)	9.455	(1.761)	9.717
II Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas				
Adições permanentes				
Despesas não dedutíveis	198	124	152	124
Doações	824	5	824	5
Equivalência patrimonial	-	-	5.696	1.278
Varição cambial sobre investimento no exterior	-	-	200	5
Lucro auferido no exterior	-	-	2.068	1.087
Outros	10.212	903	2.556	1.642
Exclusões permanentes				
Resultado com equivalência patrimonial	-	-	(2.420)	(2.056)
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	(1.667)	-	(1.667)
Varição cambial sobre investimento no exterior	-	-	(1.261)	(993)
Outros	-	(1.907)	-	(242)
III Taxa efetiva				
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>6.951</u>	<u>29.663</u>	<u>1.771</u>	<u>32.278</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.581	24.480	2.560	29.010
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>2.370</u>	<u>5.183</u>	<u>(789)</u>	<u>3.268</u>
IRPJ e CSLL ajustado (I+II)	<u>6.951</u>	<u>29.663</u>	<u>1.771</u>	<u>32.278</u>
Alíquota efetiva	(54,9%)	31,3%	(9,9%)	33,1%

10 Adiantamento a fornecedores de serviços

	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Empresa Brasileira de Solda Elétrica S.A. – EBSE	30.973	11.747	30.973	11.747
Hamon do Brasil Ltda.	23.027	4.836	23.027	4.836
Intertechma Tecnologia Ltda.	4.741	5.415	4.741	5.415
Gea do Brasil Intercambiadores Ltda.	4.173	3.871	4.173	3.871
Sulzer Brasil S.A.	9.219	1.819	9.219	1.819
CBC Indústrias Pesadas S.A.	6.114	1.981	6.114	1.981
Schulz America Latina Importação e Exportação Ltda.	1.758	-	1.758	-
Areva Transmissão & Distribuição de Energia Ltda.	481	3.146	481	3.146
Dox Com. Válvulas, Conex, Inst. e Acess. Ind. Ltda.	5.233	1.482	5.233	1.482
Consórcio Alusa-MPE (Tanques)*	8.240	8.286	8.240	8.286
Consórcio Alusa-CBM (Enxofre)*	13.679	5.537	13.679	5.537
Consórcio Alumpe (REPLAN)*	5.325	8.146	5.325	8.146
Consórcio Ebe-Alusa (SNOX)*	4.881	2.129	4.881	2.129
Consórcio AGT (RLAM)*	927	1.296	927	1.296
Adiantamentos a fornecedores no exterior	10.362	1.697	10.362	1.697
Adiantamentos a fornecedores diversos	<u>54.164</u>	<u>11.220</u>	<u>50.594</u>	<u>8.583</u>
	<u>183.297</u>	<u>72.608</u>	<u>179.727</u>	<u>69.971</u>
Provisão para perda de adiantamento a fornecedor	<u>(10.728)</u>	<u>(5.415)</u>	<u>(10.728)</u>	<u>(5.415)</u>
	<u>172.569</u>	<u>67.193</u>	<u>168.999</u>	<u>64.556</u>

* Adiantamentos efetuados pelos consórcios junto a fornecedores. Os montantes apresentados estão registrados pelo valor correspondente a participação da Companhia nesses consórcios.

11 Investimentos

A Companhia registrou uma perda de R\$ (9.637) em 31 de dezembro de 2012 e ganho de R\$ 9.324 em 2011 de equivalência patrimonial de suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações apresentadas abaixo não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

a. Dados sobre as participações

	Participação	Quantidade de ações/ quotas	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receita	Despesas	Lucro ou (prejuízo)	Equivalência patrimonial
31/12/11													
Alusa Ingenieria Ltda. (Chile)	99,99%	284.999	17.294	14.446	31.740	8.520	2.964	11.484	20.256	67.123	(69.469)	(2.346)	(2.346)
Alusa Ing. Centroamerica S.A.	100,00%	2	377	6.079	6.456	983	-	983	5.473	-	(83)	(83)	(83)
Alusa Eng. Ltda Suc. Argentina	100,00%	-	9.357	706	10.063	8.475	375	8.850	1.213	6.940	(6.633)	307	307
Alusa Ingenieria Peru SAC	99,99%	1.999	48	-	48	-	-	-	48	-	(65)	(65)	(65)
Alusa Eng. Ltda Suc. Del Peru	100,00%	-	3	-	3	-	144	144	(141)	-	(13)	(13)	(13)
Obras Civiles Andinas S.A	21,17%	318	16.353	-	16.353	9.216	-	9.216	7.137	98.997	(85.504)	13.493	2.856
Alusa Ing. Ltda. (Argentina)	49,00%	24.000	144	72	216	46	-	46	170	376	(307)	69	34
AGT Com. Var. de Equip. e Mat. de Construção Ltda.	33,34%	12.000	45.669	-	45.669	24.659	6.090	30.749	14.920	8.936	(10.505)	(1.569)	(524)
Alumpe Com. Var. de Equip. e Mat. de Construção Ltda.	50,00%	12.000	24.089	13.316	37.405	27.907	-	27.907	9.498	7.935	(6.519)	1.416	708
Indústria Naval de Pernambuco S.A.	50,00%	-	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-
Alta Energia S.A.	49,98%	10.000	38.574	38.346	76.920	44.939	31.458	76.397	523	57.587	(54.282)	3.305	1.651
Green Luce Soluções Energéticas S.A.	50,98%	5.098	<u>(8)</u>	<u>53</u>	<u>45</u>	<u>180</u>	<u>284</u>	<u>464</u>	<u>(419)</u>	<u>-</u>	<u>(419)</u>	<u>(419)</u>	<u>(202)</u>
Ajustes de equivalência patrimonial													<u>(34)</u>
			<u>151.901</u>	<u>73.018</u>	<u>224.919</u>	<u>124.925</u>	<u>41.315</u>	<u>166.240</u>	<u>58.679</u>	<u>247.894</u>	<u>(233.799)</u>	<u>14.095</u>	<u>2.289</u>
31/12/12													
Alusa Ingenieria Ltda. (Chile)	99,99%	284.999	29.682	19.988	49.670	21.530	4.919	26.449	23.221	53.296	(52.287)	1.009	1.009
Alusa Ing. Centroamerica S.A.	100,00%	2	(28)	6.027	5.999	690	-	690	5.309	1.051	(1.676)	(625)	(625)
Alusa Eng. Ltda Suc. Argentina	100,00%	-	11.822	604	12.426	6.525	307	6.832	5.593	18.307	(16.636)	1.671	1.671
Alusa Eng. Ltda Suc. Del Peru	100,00%	-	3	-	3	-	-	-	3	-	-	-	-
Obras Civiles Andinas S.A	21,17%	318	4.592	-	4.592	1.072	-	1.072	3.520	7.054	(1.710)	5.344	1.131
Alusa Ing. Ltda. (Argentina)	49,00%	24.000	133	20	153	14	-	14	139	-	(24)	(24)	(12)
AGT Com. Var. de Equip. e Mat. de Construção Ltda.	33,34%	12.000	1.511	-	1.511	24.692	5.969	30.661	(29.150)	739	(44.809)	(44.070)	(14.693)
Alumpe Com. Var. de Equip. e Mat. de Construção Ltda.	50,00%	12.000	2.555	171	2.726	2.978	-	2.978	(252)	-	(2.177)	(2.177)	(1.089)
Indústria Naval de Pernambuco S.A.	50,00%	-	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-
Alta Energia S.A.	49,98%	10.000	179.198	57.769	236.967	190.751	38.724	229.475	7.492	226.349	(218.869)	7.480	3.738
Green Luce Soluções Energéticas S.A.	50,98%	5.098	<u>177</u>	<u>59</u>	<u>236</u>	<u>278</u>	<u>1.005</u>	<u>1.283</u>	<u>(1.047)</u>	<u>262</u>	<u>(891)</u>	<u>(629)</u>	<u>(321)</u>
Ajustes de equivalência patrimonial - complemento do exercício anterior													<u>(448)</u>
			<u>229.646</u>	<u>84.638</u>	<u>314.284</u>	<u>248.530</u>	<u>50.924</u>	<u>299.453</u>	<u>14.829</u>	<u>307.058</u>	<u>(339.079)</u>	<u>(32.021)</u>	<u>(9.637)</u>

b. Movimentação dos saldos (Consolidado)

Movimentação dos investimentos	Saldos 31/12/11	Dividendos recebidos	Ajuste de moeda estrangeira	Equivalência patrimonial	Saldos 31/12/12
Obras Civiles Andinas S.A. (Argentina)	1.511	(1.867)	(30)	1.131	745
Propriedade para investimento	<u>2.700</u>	-	-	-	<u>2.700</u>
Total	<u>4.211</u>	<u>(1.867)</u>	<u>(30)</u>	<u>1.131</u>	<u>3.445</u>

c. Movimentação dos saldos (Controladora)

Movimentação dos investimentos	Saldos 31/12/11	Dividendos recebidos	Reclassificação de Antecipação de dividendos	Investimento	Ajuste de moeda estrangeira	Ajuste de complemento MEP – exercício anterior	Equivalência patrimonial	Saldos 31/12/12
Alusa Ingenieria Ltda. (Chile)	20.248	(2.285)	-	-	4.249	-	1.009	23.221
Alusa Ingenieria de Centroamerica S.A	5.473	-	-	-	464	-	(625)	5.312
Alusa Ingenieria Peru SAC	48	-	-	267	(315)	-	-	-
Alusa Engenharia Ltda Sucursal del Peru	(141)	-	-	82	62	-	-	3
Alusa Engenharia Ltda Sucursal Argentina	1.213	-	-	2.949	(240)	-	1.671	5.593
Alusa Ingenieria Ltda. (Argentina)	83	-	-	-	(3)	-	(12)	68
Obras Civiles Andinas S.A. (Argentina)	1.511	(1.867)	-	-	(30)	-	1.131	745
Alumpe Com Var. de Equip. e Mat. de Constr. Ltda.	4.749	(3.786)	-	-	-	-	(1.089)	(126)
AGT Com. Var. de Equip. e Mat. de Constr. Ltda.	4.972	-	-	-	-	-	(14.693)	(9.721)
Green Luce Soluções Energéticas S.A.	(202)	-	-	-	-	(13)	(321)	(536)
Alta Energia S.A.	<u>256</u>	<u>(1.126)</u>	<u>1.311</u>	-	-	<u>(435)</u>	<u>3.739</u>	<u>3.745</u>
Propriedade para investimento	<u>2.700</u>	-	-	-	-	-	-	<u>2.700</u>
Total	<u>40.910</u>	<u>(9.064)</u>	<u>1.311</u>	<u>3.298</u>	<u>4.187</u>	<u>(448)</u>	<u>(9.190)</u>	<u>31.004</u>

12 Imobilizado

Composição dos ativos imobilizados (Consolidado)

	31/12/12		31/12/11		
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	2.102	-	2.102	2.102
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5	147	(72)	75	121
Maquinas equip. e instalações industriais	10-30	115.046	(20.136)	94.910	76.533
Guindastes e equip. de transporte	10	2.082	(1.915)	167	217
Veículos	5-25	57.572	(19.570)	38.002	32.645
Móveis e utensílios	10	5.916	(1.436)	4.480	4.140
Computadores e periféricos	20	9.886	(4.707)	5.179	5.598
Equipamentos de comunicação	10	1.638	(585)	1.053	786
Ferramentas	10	5.460	(1.011)	4.449	832
Aeronave	30	19.410	(1.415)	17.995	18.077
Imobilizações em andamento	-	<u>294</u>	-	<u>294</u>	<u>625</u>
		<u>219.553</u>	<u>(50.847)</u>	<u>168.706</u>	<u>141.676</u>

Movimentação do custo (Consolidado)

	Saldo em 31/12/11	Adições	Alienações	Transferências	Efeito das variações das taxas de câmbio	Saldo em 31/12/12
Terrenos	2.102	-	-	-	-	2.102
Benfeitorias em imóveis de terceiros	147	-	-	-	-	147
Maquinas equip. e instalações industriais	88.070	27.543	(1.577)	331	679	115.046
Guindastes e equip. de transporte	2.088	-	(6)	-	-	2.082
Veículos	46.318	11.477	(1.349)	-	1.126	57.572
Móveis e utensílios	5.013	1.031	(158)	-	30	5.916
Computadores e periféricos	8.746	1.305	(235)	-	70	9.886
Equipamentos de comunicação	1.112	522	(24)	-	28	1.638
Ferramentas	1.284	4.117	(16)	-	75	5.460
Aeronave	18.794	616	-	-	-	19.410
Imobilizações em andamento	<u>625</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(331)</u>	<u>-</u>	<u>294</u>
	<u>174.299</u>	<u>46.611</u>	<u>(3.365)</u>	<u>-</u>	<u>2.008</u>	<u>219.553</u>

Movimentação da depreciação (Consolidado)

	Saldo em 31/12/11	Adições	Alienações	Efeito das variações das taxas de câmbio	Saldo em 31/12/12
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(26)	(46)	-	-	(72)
Maquinas equip. e instalações industriais	(11.537)	(8.473)	274	(400)	(20.136)
Guindastes e equip. de transporte	(1.871)	(50)	6	-	(1.915)
Veículos	(13.673)	(6.440)	866	(323)	(19.570)
Móveis e utensílios	(873)	(599)	45	(9)	(1.436)
Computadores e periféricos	(3.148)	(1.798)	279	(40)	(4.707)
Equipamentos de comunicação	(326)	(270)	22	(11)	(585)
Ferramentas	(452)	(531)	13	(41)	(1.011)
Aeronave	<u>(717)</u>	<u>(698)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.415)</u>
	<u>(32.623)</u>	<u>(18.905)</u>	<u>1.505</u>	<u>(824)</u>	<u>(50.847)</u>

Composição dos ativos imobilizados (Controladora)

	31/12/12			31/12/11	
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	2.102	-	2.102	2.102
Maquinas equip. e instalações industriais	10-30	90.125	(17.078)	73.047	60.882
Guindastes e equip. de transporte	10	2.082	(1.915)	167	217
Veículos	5-25	42.398	(15.023)	27.375	23.726
Móveis e utensílios	10	5.069	(1.240)	3.829	3.792
Computadores e periféricos	20	8.995	(4.337)	4.658	5.344
Equipamentos de comunicação	10	1.108	(464)	644	655

		31/12/12		31/12/11	
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciaçã acumulada	Líquido	Líquido
Ferramentas	10	1.081	(254)	827	197
Aeronave	30	<u>19.410</u>	<u>(1.415)</u>	<u>17.995</u>	<u>18.077</u>
		<u>172.370</u>	<u>(41.726)</u>	<u>130.644</u>	<u>114.992</u>

Movimentação do custo (Controladora)

	Saldo em 31/12/11	Adições	Alienações	Saldo em 31/12/12
Terrenos	2.102	-	-	2.102
Maquinas equip. e instalações industriais	71.793	19.251	(919)	90.125
Guindastes e equip. de transporte	2.088	-	(6)	2.082
Veículos	34.861	7.722	(185)	42.398
Móveis e utensílios	4.558	668	(157)	5.069
Computadores e periféricos	8.204	1.021	(230)	8.995
Equipamentos de comunicação	935	194	(21)	1.108
Ferramentas	329	752	-	1.081
Aeronave	<u>18.794</u>	<u>616</u>	<u>-</u>	<u>19.410</u>
	<u>143.664</u>	<u>30.224</u>	<u>(1.518)</u>	<u>172.370</u>

Movimentação da depreciação (Controladora)

	Saldo em 31/12/11	Adições	Alienações	Saldo em 31/12/12
Maquinas equip. e instalações industriais	(10.911)	(6.440)	273	(17.078)
Guindastes e equip. de transporte	(1.871)	(50)	6	(1.915)
Veículos	(11.135)	(4.028)	140	(15.023)
Móveis e utensílios	(766)	(518)	44	(1.240)
Computadores e periféricos	(2.860)	(1.686)	209	(4.337)
Equipamentos de comunicação	(280)	(204)	20	(464)
Ferramentas	(132)	(122)	-	(254)
Aeronave	<u>(717)</u>	<u>(698)</u>	<u>-</u>	<u>(1.415)</u>
	<u>(28.672)</u>	<u>(13.746)</u>	<u>692</u>	<u>(41.726)</u>

13 Empréstimos e financiamentos

Consolidado

	Vencimento	Indexador	Juros	31/12/12	31/12/11
Empréstimos					
ABC Brasil	2012-2013	CDI	CDI+0,30%a.m	21.229	-
ABC Brasil	2012-2014	CDI	CDI+0,30%a.m	24.473	-
ABC Brasil (b)	2010-2011	CDI	CDI+0,32%a.m	711	9.254
ABC Brasil (b)	2010-2011	CDI	CDI+0,29%a.m	-	12.040
ABC Brasil (b)	2011-2012	CDI	CDI +0,28%a.m	-	8.095
ABC Brasil (RPLAN) (c)	2011-2012	CDI	CDI +0,37%a.m	-	1.800
ABC Brasil (SNOX) (f)	2012-2013	CDI	CDI +0,37%a.m	5.441	-
Banco Alfa (CBM) (d)	2011-2012	CDI	CDI+0,15%a.m	21.411	7.854
Banco BBM	2012-2013	CDI	CDI +0,34%a.m	6.132	-
Banco Plural	2012-2013	CDI	CDI +1,20%a.m	1.957	-
Banco Bradesco	2011-2014	CDI	CDI +0,57%a.m	4.397	-
Banco do Brasil	2012-2013	CDI	CDI +0,79%a.m	6.153	-
Banco do Brasil (a)	2012-2013	CDI	121% CDI	2.508	-
Banco do Brasil (g)	2012-2013	CDI	CDI + 0,7430% a.m.	33.699	-
Banco do Brasil (a)	2012-2013	CDI	CDI + 0,7000% a.m.	24.034	-
Banco do Brasil (a)	2012-2013	CDI	CDI + 0,937% a.m.	16.086	-
Banco Fibra (RPLAN) (c)	2010-2011	CDI	CDI +0,48%a.m	-	2.924
Banco Fibra	2011-2012	CDI	CDI +0,28%a.m	-	10.127
Banco Fibra	2011-2012	CDI	CDI +0,33%a.m	-	5.063
Banco Itaú	2011-2012	CDI	128% CDI	6.541	10.121
Banco Itaú	2012-2013	-	1,1% a.m.	1.838	-
Banco Santander	2012-2014	CDI	CDI+0,2466%a.m	78.325	-
Banco Santander	2012-2014	CDI	0,950%a.m	2.522	-
Banco Santander	2012-2014	-	0,951%a.m	2.514	-
Banco Votorantim	2011-2012	CDI	CDI+0,37%a.m	-	15.181
Banco Votorantim (e)	2011-2012	CDI	140% CDI	-	12.063
Banco Votorantim	2012-2014	CDI	CDI+0,2547%a.m	78.251	-
Banco Safra	2011-2012	CDI	CDI +0,32%a.m	-	11.562
Banco Safra	2012-2015	CDI	CDI +0,35%a.m	1.058	-
Outros	2012-2013	-	-	<u>10.001</u>	-
				<u>349.281</u>	<u>106.084</u>

	Vencimento	Indexador	Juros	31/12/12	31/12/11
Arrendamento mercantil financeiro					
FINAME					
Banco do Brasil	2009-2020	Spread	4,5% a 13,5% a.a	27.982	25.926
Banco Bradesco	2011-2017	Spread	8,7% a 11,7% a.a	13.619	13.376
Banco Safra	2009-2015	Spread	8% a 11,7% a.a	3.644	4.987
Banco Itaú BBA	2012-2017	Spread	3,6% a 11,9% a.a	4.718	-
Banco Votorantim	2011-2016	Spread	8% a 13% a.a	<u>3.720</u>	<u>2.027</u>
				<u>53.683</u>	<u>46.316</u>
Leasing					
Banco Votorantim	2011-2014	Pré-fixado	1,28%a.m	4.350	5.920
Banco do Brasil	2011-2014	Pré-fixado	1,15% a 1,35% a.m	991	1.638
Banco Safra	2009-2012	Pré-fixado	0,99% a 1,57% a.m	-	398
Banco Bic	2009-2014	CDI	CDI+0,80% a.m	1.912	2.992
Bradesco	2009-2015	Pré-fixado	1,05% a 1,33%a.m	9.642	6.589
Banco Itaú	2009-2014	Pré-fixado	1,15% a 1,32%a.m	10.235	13.898
Outros	2009-2015	Pré-fixado	0,97% a 2,03%a.m	<u>2.882</u>	<u>2.930</u>

Arrendamento mercantil financeiro	Vencimento	Indexador	Juros	31/12/12	31/12/11
				<u>30.012</u>	<u>34.365</u>
CDC					
Bradesco	2011-2014	Pré-fixado	1,23% a 2,07% a.m.	1.923	3.120
Safra	2012-2015	Pré-fixado	1,15% a.m.	<u>545</u>	<u>-</u>
				<u>2.468</u>	<u>3.120</u>
c. Comprar e Antecipação de fornecedores					
Banco Brasil	2012-2013	-	-	14.588	-
Banco Bic	2012-2013	-	-	<u>6.764</u>	<u>-</u>
Banco Pine	2012-2013	CDI	CDI + 5,32% a.a.	<u>18.219</u>	<u>-</u>
				<u>39.571</u>	<u>-</u>
Total				<u>475.015</u>	<u>195.981</u>
(-) Parcelas vincendas no curto prazo				<u>(279.738)</u>	<u>(116.827)</u>
Parcelas vincendas no longo prazo				<u>195.277</u>	<u>79.154</u>
2013				-	40.602
2014				154.347	15.084
2015				12.669	7.422
2016				8.808	4.347
2017				8.200	3.265
2018 a 2020				<u>11.253</u>	<u>8.434</u>
Total				195.277	79.154

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por:

- (a) Avais da Cavan Pré Moldado S.A.
- (b) Avais da Guarupart Participações Ltda.
- (c) Recebíveis do Consórcio ALUMPE - Alusa e MPE.
- (d) Recebíveis do Consórcio Alusa - CBM (Enxofre)
- (e) Recebíveis do Contrato de Queluz e Lavrinhas
- (f) Recebíveis do Consórcio EBE – Alusa (Snox)
- (g) Recebíveis do Contrato AHE Ferreira Gomes.

Os demais contratos de empréstimos não possuem avais e garantias.

Exceto pelo contrato mencionado abaixo, os outros contratos de Empréstimos, Leasing e Finame não possuem cláusulas restritivas.

Controladora

	Vencimento	Indexador	Juros	31/12/12	31/12/11
a. Empréstimos					
ABC Brasil	2012-2013	CDI	CDI+0,30% a.m	21.229	-
ABC Brasil	2012-2014	CDI	CDI+0,30% a.m	24.473	-
ABC Brasil (b)	2010-2012	CDI	CDI+0,32% a.m	711	9.254
ABC Brasil (b)	2010-2011	CDI	CDI+0,29% a.m	-	12.040
ABC Brasil (b)	2011-2012	CDI	CDI +0,28% a.m	-	8.095
ABC Brasil (RPLAN) (c)	2011-2012	CDI	CDI +0,37% a.m	-	1.800
ABC Brasil (SNOX) (f)	2012-2013	CDI	CDI +0,37% a.m	5.440	-
Banco Alfa (CBM) (d)	2011-2013	CDI	CDI+0,15% a.m	21.411	7.854
Banco BBM	2012-2013	CDI	CDI +0,34% a.m	6.132	-
Banco Plural	2012-2013	CDI	CDI + 1,20% a.m	1.957	-
Banco do Brasil	2012-2013	CDI	CDI +0,79% a.m	6.153	-
Banco do Brasil (a)	2012-2013	CDI	121% CDI	2.508	-
Banco do Brasil (g)	2012-2013	CDI	CDI+0,7430% a.m	33.699	-
Banco do Brasil (a)	2012-2013	CDI	CDI+0,7000% a.m	24.034	-
Banco do Brasil (a)	2012-2013	CDI	CDI+0,937% a.m	16.086	-
Banco Fibra (RPLAN) (c)	2010-2011	CDI	CDI +0,48% a.m	-	2.924
Banco Fibra	2011-2012	CDI	CDI +0,28% a.m	-	10.127
Banco Fibra	2011-2012	CDI	CDI +0,33% a.m	-	5.063
Banco Itaú	2011-2013	CDI	128% CDI	6.541	10.121
Banco Santander	2012-2014	CDI	CDI+0,2466% a.m	78.325	-
Banco Votorantim	2011-2012	CDI	CDI+0,37% a.m	-	15.181
Banco Votorantim (e)	2011-2012	CDI	140% CDI	-	12.063
Banco Votorantim	2011-2014	CDI	CDI+0,2547% a.m	78.251	-
Banco Safra	2011-2012	CDI	CDI +0,32% a.m	-	11.562
				<u>326.950</u>	<u>106.084</u>

	Vencimento	Indexador	Juros	31/12/12	31/12/11
b. Arrendamento mercantil financeiro					
FINAME					
Banco do Brasil	2009-2020	Spread	4,5% a 13,5% a.a	27.982	25.926
Banco Safra	2009-2016	Spread	8% a 11,7% a.a	3.644	4.987
Banco Votorantim	2011-2015	Spread	8% a 13% a.a	3.720	2.027
Bradesco	2011-2017	Spread	8,7% a 11,7% a.a	<u>2.884</u>	<u>1.153</u>
				<u>38.230</u>	<u>34.093</u>
Leasing					
Banco Votorantim	2011-2014	Pré-fixado	1,28% a.m	4.350	5.920
Banco do Brasil	2011-2014	Pré-fixado	1,15% a 1,35% a.m	991	1.638
Banco Safra	2009-2012	Pré-fixado	0,99% a 1,57% a.m	-	398
Banco Bic	2009-2014	CDI	CDI+0,80% a.m	1.912	2.992
Bradesco	2009-2015	Pré-fixado	1,05% a 1,33% a.m	9.251	6.589
Banco Itaú	2009-2014	Pré-fixado	1,15% a 1,32% a.m	9.506	13.898
Outros	2009-2014	Pré-fixado	0,97% a 2,03% a.m	<u>513</u>	<u>1.087</u>
				<u>26.523</u>	<u>32.522</u>

c. Compro e Antecipação de fornecedores

Banco Brasil	2012-2013	14.588	-
Banco Bic	2012-2013	6.764	-
Banco Pine	2012-2013	<u>18.219</u>	<u>-</u>
		<u>39.571</u>	<u>-</u>
Total		<u>431.274</u>	<u>172.699</u>
(-) Parcelas vincendas no curto prazo		<u>(253.423)</u>	<u>(109.653)</u>
Parcelas vincendas no longo prazo		<u>177.851</u>	<u>63.046</u>
2013		-	34.128
2014		143.207	13.468
2015		7.637	5.806
2016		7.554	2.843
2017		8.200	1.800
2018 a 2020		<u>11.253</u>	<u>5.001</u>
Total		<u>177.851</u>	<u>63.046</u>

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por:

- (a) Avais da Cavan Pré Moldado S.A.
- (b) Avais da Guarupart Participações Ltda.
- (c) Recebíveis do Consórcio ALUMPE - Alusa e MPE.
- (d) Recebíveis do Consórcio Alusa - CBM (Enxofre)
- (e) Recebíveis do Contrato de Queluz e Lavrinhas
- (f) Recebíveis do Consórcio EBE – Alusa (Snnox)
- (g) Recebíveis do Contrato AHE Ferreira Gomes.

Os demais contratos de empréstimos não possuem avais e garantias.

Exceto pelo contrato mencionado abaixo, os outros contratos de Empréstimos, Leasing e Fínime não possuem cláusulas restritivas.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia atingiu todos as cláusulas contratuais exigidas junto as instituições financeiras, exceto em relação ao “covenant” da dívida financeira líquida relacionada ao Banco Santander, que não poderia ter excedido 3,25 vezes o EBITDA. Em 28 de março de 2013 a companhia obteve anuência (Waiver) junto ao banco do Banco Santander confirmando a inexistência de quebra de condições contratuais em 31 de dezembro de 2012.

14 Debêntures

	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Debêntures	<u>241.451</u>	<u>317.458</u>	<u>241.451</u>	<u>317.458</u>
	<u>241.451</u>	<u>317.458</u>	<u>241.451</u>	<u>317.458</u>
Circulante	75.658	85.843	75.658	85.843
Não circulante	165.793	231.615	165.793	231.615
			Banco do Brasil	Bradesco
			HSBC	Total
<u>Debêntures</u>				
Valor original	150.000	100.000	50.000	300.000
Amortização principal	(33.333)	(22.222)	(11.111)	(66.666)
Juros incorridos (Fev.11 a Dez.12)	32.130	21.420	10.710	64.260
Juros pagos (Fev.11 a Dez.12)	<u>(27.213)</u>	<u>(18.141)</u>	<u>(9.071)</u>	<u>(54.425)</u>
	121.584	81.057	40.528	243.169
Comissão de colocação das debêntures				
Valor original	(2.009)	(1.383)	(692)	(4.084)
Apropriação dos encargos de Fev.11 a Dez.12	<u>1.164</u>	<u>801</u>	<u>401</u>	<u>2.366</u>
	<u>(845)</u>	<u>(582)</u>	<u>(291)</u>	<u>(1.718)</u>
	<u>120.739</u>	<u>80.475</u>	<u>40.237</u>	<u>241.451</u>
	Consolidado e Controladora			
Não circulante	2014	2015	2016	Total
Banco do Brasil	33.322	33.333	16.666	83.321
Bradesco	22.211	22.222	11.111	55.544
HSBC	11.100	11.111	5.555	27.766
Comissão de colocação das debêntures	<u>(583)</u>	<u>(255)</u>	<u>-</u>	<u>(838)</u>
Total	<u>66.050</u>	<u>66.411</u>	<u>33.332</u>	<u>165.793</u>

Em 13 de janeiro de 2011 foi realizado pela Companhia o Instrumento particular de escritura da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante e com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação pela Companhia.

A Escritura foi firmada com base nas Assembléias Gerais Extraordinárias de Acionistas da Companhia realizadas em 22 de dezembro de 2010 e em 7 de janeiro de 2011, nas quais foram deliberadas as condições da emissão (“AGE” e “AGE de Retificação”, respectivamente), conforme disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada “Lei das Sociedades por Ações”).

As Debêntures possuem os seguintes termos e condições:

- Emissão de 300 debêntures, com valor unitário de R\$ 1 milhão, perfazendo o montante total de R\$ 300 milhões, na data de emissão;
- Emitidas em série única;
- Terão prazo de vencimento de 5 anos contados da data de emissão, com vencimento em 10 de janeiro de 2016 (data de vencimento).
- As debêntures farão jus à remuneração equivalente a 123% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo* (“Taxas DI”), expressas de forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP. A remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a data da efetiva subscrição e integralização das debêntures, incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures, devendo ser paga ao final de cada período de capitalização, até a data de vencimento.
- A remuneração será paga aos debenturistas em periodicidade semestral, contada da data de emissão, ou seja, nos dias 10 de janeiro e 10 de julho de cada ano, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 10 de julho de 2011 e o último pagamento ocorrerá na data de vencimento.
- O valor nominal unitário das debêntures será amortizado em 9 (nove) parcelas semestrais, iguais e consecutivas a partir do 12º (décimo segundo) mês a contar da data de emissão, inclusive, iniciando-se, portanto, em 10 de janeiro de 2012.

As debêntures e as obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da oferta estão garantidos por meio de: (i) cessão fiduciária dos direitos creditórios; (ii) cessão fiduciária dos créditos bancários; (iii) cessão fiduciária dos novos direitos creditórios; e (iv) fiança prestada pela Guarupart Participações Ltda., controladora da Companhia.

Os recursos captados por meio da oferta fazem parte de planejamento financeiro da Companhia, que foram utilizados para liquidação de contratos que representavam dívidas de curto prazo, com o alongamento da dívida com custos menores, aliviando o impacto no fluxo de caixa e reforçando capital de giro da Companhia.

Como cláusula de *covenants* o contrato prevê que a Companhia precisa atender os índices financeiros mínimos relacionados a seguir, a serem verificados semestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas Demonstrações Financeiras consolidadas:

1. Dívida financeira líquida / EBITDA menor ou igual aos índices abaixo indicados, nos referidos períodos:

Período	Índice	
	Contrato	Companhia
jun/11	3,0	2,9
dez/11	3,0	2,5
jun/12	3,0	2,8
dez/12	2,5	7,7
jun/13	2,5	-
dez/13	2,5	-
jun/14	2,5	-
dez/14	2,0	-
jun/15	2,0	-
dez/15	2,0	-

2. Liquidez corrente ajustada superior a 1,1, no caso, a Companhia em 31/12/12 obteve o índice de 1,5 (Consolidado).

Em 31/12/12 a Companhia atingiu todos as cláusulas contratuais exigidas pelos debenturistas , exceto em relação ao “covenant” da dívida financeira líquida não poderia ter excedido 2,5 vezes o Ebitda. Em 26 de março de 2013 a companhia obteve anuência (Waiver) junto aos debenturistas confirmando a inexistência de quebra de condições contratuais em 31 de dezembro de 2012.

15 Fornecedores e outras contas a pagar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Fornecedores	210.114	142.741	192.874	132.039
Partes relacionadas	312	421	8.282	13.723
Outras contas a pagar	<u>24.180</u>	<u>5.494</u>	<u>22.268</u>	<u>4.871</u>
	<u>234.606</u>	<u>148.656</u>	<u>223.424</u>	<u>150.633</u>
Não circulante	756	421	8.726	13.723
Circulante	233.850	148.235	214.698	136.910

A Companhia e suas controladas avaliaram o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores nas datas de 31 de dezembro de 2012 e 2011 e concluiu que não há valores para ajuste nas demonstrações financeiras.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na nota explicativa 23.

Partes relacionadas

Veja detalhes e composição de Partes relacionadas na Nota Explicativa nº 7.

16 Adiantamento de clientes

	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	32.775	-	-	-
Interligação Elétrica do Madeira	22.289	9.310	-	-
Petrobrás – Snox/RNEST	17.626	3.276	17.626	3.276
Petrobrás – Tanques/Comperj	27.367	10.653	27.367	10.653
SE Abdon Batista, SE Gaspar e LT Associados	4.491	-	4.491	-
Petrobrás – AGT	4.488	4.479	-	-
UHE Ferreira Gomes	2.096	17.296	2.096	17.296
Petrobrás – Enxofre/RNEST	-	15.786	-	15.786
Adiantamentos de clientes diversos	11.146	9.721	258	213
	<u>122.278</u>	<u>70.521</u>	<u>51.838</u>	<u>47.224</u>

17 Parcelamento de impostos

A Companhia aderiu ao programa de parcelamento de tributos, facultado pela Lei nº 11.941/09. Parte dos saldos relativos aos impostos serão pagos em 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
PIS/COFINS	7.836	8.498	7.836	8.498
Parcelamento migração PAEX	7.892	8.959	7.892	8.959
Parcelamento ICMS	366	-	-	-
	<u>16.094</u>	<u>17.457</u>	<u>15.728</u>	<u>17.457</u>
Circulante	3.596	2.644	3.559	2.644
Não circulante	12.498	14.813	12.169	14.813

18 Provisão para contingências

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Cível	466	373	99	62
Trabalhista	7.583	4.411	7.111	4.411
Tributária	164	839	164	839
Societária	<u>50</u>	<u>50</u>	<u>50</u>	<u>50</u>
	<u>8.263</u>	<u>5.673</u>	<u>7.424</u>	<u>5.362</u>

Adicionalmente, a Companhia tem outros processos classificados pelos assessores jurídicos como de perda possível, que em 31 de dezembro de 2012 somavam R\$ 17.551 (R\$ 10.675 em 31 de dezembro de 2011) em processos tributários, R\$ 5.328 em processos trabalhistas (R\$ 3.164 em 31 de dezembro de 2011) e R\$ 18.093 em processos cíveis (R\$ 13.811 em 31 de dezembro de 2011), dos quais são periodicamente reavaliados pela administração, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras.

Movimentação de Provisão para contingências

a. Cível

	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Saldo inicial	373	329	62	23
Adições	355	44	37	39
Reversões/Baixas	<u>(262)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>466</u>	<u>373</u>	<u>99</u>	<u>62</u>

b. Trabalhista

	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Saldo inicial	4.411	2.043	4.411	2.043
Adições	3.172	2.368	2.700	2.368
Reversões/Baixas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>7.583</u>	<u>4.411</u>	<u>7.111</u>	<u>4.411</u>

c. Tributária

	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Saldo inicial	839	839	839	839
Adições	-	-	-	-
Reversões/Baixas	(675)	-	(675)	-
Saldo final	<u>164</u>	<u>839</u>	<u>164</u>	<u>839</u>

d. Societária

	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Saldo inicial	50	50	50	50
Adições	-	-	-	-
Reversões/Baixas	-	-	-	-
Saldo final	<u>50</u>	<u>50</u>	<u>50</u>	<u>50</u>

19 Patrimônio líquido

a. Capital

O capital social em 31 de dezembro de 2012 e 2011, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 204.966.000 ações nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. A composição societária da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é a seguinte:

	Quantidade de ações
Guarupart Participações Ltda.	204.965.900
Guilherme Martins de Godoy Pereira	<u>100</u>
	<u>204.966.000</u>

b. Reserva de lucros

- **Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- **Retenção de lucros**

Representada pelas propostas da Administração de retenção dos saldos remanescentes dos lucros líquidos do exercício e de exercícios anteriores, após as retenções previstas na legislação ou aprovadas pelos acionistas.

c. Remuneração aos acionistas

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia.

Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 24/05/2012 os acionistas decidiram pela quitação dos dividendos propostos relativo ao exercício de 2011 no valor de R\$ 15.468 na forma do instrumento particular de cessão de direitos, compensação e outras avenças.

20 Receita

	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Serviços prestados	1.240.732	1.085.684	1.052.911	982.316
Revenda de mercadorias	<u>186.763</u>	<u>219.648</u>	<u>186.363</u>	<u>211.177</u>
Receita operacional bruta	<u>1.427.495</u>	<u>1.305.332</u>	<u>1.239.264</u>	<u>1.193.493</u>
Impostos sobre receita de serviços prestados e vendas de mercadorias	(66.399)	(74.291)	(64.331)	(72.089)
Devoluções de mercadorias	<u>(2.856)</u>	<u>(2.930)</u>	<u>(2.856)</u>	<u>(2.930)</u>
Deduções	<u>(69.255)</u>	<u>(77.221)</u>	<u>(67.187)</u>	<u>(75.019)</u>
Receita operacional líquida	<u>1.358.240</u>	<u>1.228.111</u>	<u>1.172.077</u>	<u>1.118.474</u>

21 Administrativas e gerais

	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Despesas com pessoal	(19.286)	(20.204)	(13.875)	(16.580)
Despesas administrativas	(32.448)	(22.011)	(11.847)	(18.308)
Honorários da administração	<u>(8.197)</u>	<u>(8.770)</u>	<u>(6.673)</u>	<u>(7.380)</u>
	<u>(59.931)</u>	<u>(50.985)</u>	<u>(32.395)</u>	<u>(42.268)</u>

22 Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Receita financeira				
Juros sobre mútuos	14.751	15.099	14.882	15.547
Varição cambial	1.796	118	3.053	1.435
Correção monetária	1.074	505	911	216
Descontos obtidos	4.123	2.961	3.999	2.860
Juros sobre aplicações financeiras	884	1.439	334	1.084
Outras receitas financeiras	<u>134</u>	<u>4.801</u>	<u>74</u>	<u>4.613</u>
	<u>22.762</u>	<u>24.923</u>	<u>23.253</u>	<u>25.755</u>
Despesa financeira				
Juros sobre empréstimos	(27.355)	(16.633)	(26.275)	(16.190)
Juros sobre debêntures	(25.753)	(38.507)	(25.753)	(38.507)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Juros sobre Leasing e Finame	(8.721)	(6.501)	(7.127)	(6.077)
Juros sobre mútuo	(15)	(2.234)	(523)	(2.460)
Juros sobre parcelamento	(764)	(253)	(764)	(253)
Comissão com colocação debêntures	(1.130)	(1.235)	(1.130)	(1.235)
Varição cambial	(2.149)	(1.062)	(2.497)	(2.120)
Correção monetária	(474)	(817)	-	-
Descontos concedidos	(5.074)	(1.251)	(4.962)	(1.233)
Despesas bancárias	(9.655)	(3.758)	(9.300)	(2.953)
Encargos financeiros	(7.297)	(5.234)	(7.208)	(4.974)
Outros	<u>(508)</u>	<u>(331)</u>	<u>(373)</u>	<u>(315)</u>
	<u>(88.895)</u>	<u>(77.816)</u>	<u>(85.912)</u>	<u>(76.317)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(66.133)</u>	<u>(52.893)</u>	<u>(62.659)</u>	<u>(50.562)</u>

23 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Ativos				
Empréstimos e Recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	21.066	20.102	19.377	15.657
Aplicações financeiras	134.188	87.119	125.571	84.438
Contas a receber de clientes e outros créditos	<u>855.560</u>	<u>755.305</u>	<u>746.573</u>	<u>724.834</u>
	<u>1.010.814</u>	<u>862.526</u>	<u>891.521</u>	<u>824.929</u>
Passivos				
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	475.015	195.981	431.274	172.699
Debêntures	241.451	317.458	241.451	317.458
Fornecedores e outras contas a pagar	<u>234.606</u>	<u>148.656</u>	<u>223.424</u>	<u>150.633</u>
	<u>951.072</u>	<u>662.095</u>	<u>896.149</u>	<u>640.790</u>

b. Valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo, a Administração estabeleceu o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e o modelo de precificação de swap que faz o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

b.1 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à variação cambial.

b.2 Instrumentos financeiros “não derivativos”

Todos os instrumentos financeiros “não derivativos” (incluindo aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Debêntures, Empréstimos e financiamentos - São passivos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia acima, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

	31/12/2012			
	Consolidado		Controladora	
	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado
Ativos				
CDI - Aplic Aut Mais – Itaú	58.297	58.297	58.297	58.297
CDI - Aplicação Banco do Brasil	66.831	66.831	66.831	66.831
Outras aplicações	<u>9.060</u>	<u>9.060</u>	<u>443</u>	<u>443</u>
Total	<u>134.188</u>	<u>134.188</u>	<u>125.571</u>	<u>125.571</u>
Passivos				
Debêntures	241.451	241.451	241.451	241.451
Empréstimos e financiamentos	<u>475.015</u>	<u>435.205</u>	<u>431.274</u>	<u>391.464</u>
Total	<u>716.466</u>	<u>676.656</u>	<u>672.725</u>	<u>632.915</u>

31/12/2011				
	Consolidado		Controladora	
	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado
Ativos				
CDI - Aplic Aut Mais – Itaú	17.434	17.434	17.434	17.434
CDI - Aplicação Banco do Brasil	66.829	66.829	66.829	66.829
Outras aplicações	<u>2.856</u>	<u>2.856</u>	<u>175</u>	<u>175</u>
Total	<u>87.119</u>	<u>87.119</u>	<u>84.438</u>	<u>84.438</u>
Passivos				
Debêntures	317.458	317.458	317.458	317.458
Empréstimos e financiamentos	<u>195.981</u>	<u>195.981</u>	<u>172.699</u>	<u>172.699</u>
Total	<u>513.439</u>	<u>513.439</u>	<u>490.157</u>	<u>490.157</u>

c. Operações com derivativos

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos e não possui quaisquer operações de “swap”, “hedge” ou similares.

d. Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes.

A Companhia utiliza, na gestão de riscos de crédito, parâmetros quantitativos e qualitativos adequados a cada um dos segmentos do mercado em que atua.

A carteira de crédito comercial da Companhia é diversificada, atualmente os recebíveis da Companhia são dos setores de Mineração, Geração e Transmissão de Energia, Óleo e Gás, principalmente com a Petrobrás – Petróleo Brasileira S/A, que é considerada a maior no mercado petrolífero.

A exposição máxima ao risco de crédito de contas a receber é representada pela rubrica de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que em 31 de dezembro 2012, era de R\$ 2.054 (consolidado e controladora), representando 0,31% e 0,36% do saldo de contas a receber em aberto do consolidado e controladora, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2011, esta provisão era de R\$ 1.064 (consolidado e controladora), equivalente a 0,19% e 0,20%, respectivamente.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Valor contábil				
Caixa e equivalentes de caixa	155.254	107.221	144.948	100.095
Caixa	618	483	366	380
Bancos - Depósitos à vista	20.448	19.619	19.011	15.277
Aplicações financeiras	134.188	87.119	125.571	84.438
Recebíveis	855.560	755.305	746.573	724.834
Contas a receber de clientes	855.560	755.305	746.573	724.834
Total	1.010.814	862.526	891.521	824.929

e. Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa no conceito de *Ebitda*.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia. A Companhia financia o capital de giro assumindo dívidas de curto prazo, normalmente relacionados ao fluxo comercial. Os investimentos em ativos não-circulantes são financiados por meio de dívidas de longo prazo através de financiamentos de Leasing e Finame.

Vide informações quantitativas e qualitativas na Nota Explicativa nº 13, relacionada a Empréstimos e Financiamentos.

A controladora e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Consolidado 31 de dezembro de 2012					
Fluxo de caixa contratual	Total	Vencido em em 2013	Vencido de 2014 a 2015	Vencido de 2016 a 2017	Vencido acima de 2017
Empréstimos financiamentos	475.015	279.738	167.016	17.008	11.253
Debêntures	241.451	75.658	132.461	33.332	-
Fornecedores	234.606	233.850	756	-	-

f. *Risco de mercado*

As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que estamos sujeitos.

A Companhia mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Companhia.

g. *Gestão de capital*

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital através da análise de sua situação financeira e endividamento com base no índice de alavancagem financeira (dívida líquida/ patrimônio líquido) e a relação da dívida líquida sobre o EBITDA, por entender que esses indicadores refletem de forma mais apropriada o nível relativo de endividamento da Companhia e da capacidade de pagamento. A dívida líquida é composta pelos financiamentos e empréstimos, deduzidas dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, de títulos e valores mobiliários e de aplicações financeiras.

Os índices de alavancagem financeira, bem como a relação da dívida líquida sobre o EBITDA em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 estão assim demonstrados:

Consolidado	31/12/12	31/12/11	31/12/10
Dívida de financiamentos e empréstimos	716.466	513.439	337.977
(-) Caixa e equivalentes de caixa	155.254	107.221	48.422
Dívida líquida	561.212	406.218	289.555
Patrimônio líquido	295.943	311.368	252.272
Dívida líquida/patrimônio líquido (%)	189,64%	130,46%	114,78%
EBITDA dos últimos 12 meses	72.937	160.873	87.060
Dívida Líquida/ EBITDA	7,69	2,53	3,33

h. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

O grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e o Grupo não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e financiamentos em debêntures a pagar.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Consolidado	Controladora
	31/12/2012	31/12/2012
Instrumentos de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	134.188	125.571
Instrumentos de taxa fixa		
<i>Passivos financeiros</i>		
Empréstimos e financiamentos	<u>(475.015)</u>	<u>(431.274)</u>
Debêntures a pagar	<u>(241.451)</u>	<u>(241.451)</u>
Líquido	<u>(582.278)</u>	<u>(547.154)</u>

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Consolidado

Exposição patrimonial Consolidado	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2012	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1 - Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	134.188	Variação do CDI	8,40%	11.272	14.090	16.908	8.454	5.636
2 - Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(475.015)	Variação do CDI	8,40%	(39.901)	(49.877)	(59.852)	(29.926)	(19.951)
Debêntures	(241.451)	Variação do CDI	8,40%	(20.282)	(25.352)	(30.423)	(15.211)	(10.141)
				(60.183)	(75.229)	(90.275)	(45.137)	(30.092)
1 + 2		Efeito		(48.911)	(61.139)	(73.367)	(36.684)	(24.456)

Controladora

Exposição patrimonial Controladora	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2012	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1 - Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	125.571	Variação do CDI	8,40%	10.548	13.185	15.822	7.911	5.274
2 - Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(431.274)	Variação do CDI	8,40%	(36.227)	(45.284)	(54.341)	(27.170)	(18.114)
Debêntures	(241.451)	Variação do CDI	8,40%	(20.282)	(25.352)	(30.423)	(15.211)	(10.141)
				(56.509)	(70.636)	(84.763)	(42.382)	(28.254)
1 + 2		Efeito		(45.961)	(57.451)	(68.941)	(34.471)	(22.980)

24 Cobertura de seguros

Para proteção do seu patrimônio, a Companhia tem por prática básica transferir, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos e seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2012, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 55.700 para danos materiais, R\$ 33.000 de responsabilidade civil e R\$ 1.600 para danos morais e pessoais.

25 **Eventos subsequentes**

Em 26 de março de 2013 foi realizada a ata da assembléia geral de debenturistas da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante e com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, da Companhia em razão do não atendimento do índice financeiro mínimo de dívida financeira líquida/Ebitda e a Companhia obteve anuência (waiver) junto aos debenturistas confirmando a inexistência de quebra de condições contratuais, retroagindo os seus efeitos à data do encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2012.

Em 28 de março de 2013 a Companhia obteve anuência (waiver) junto ao Banco Santander confirmando a inexistência de quebra de condições contratuais em relação à cédula de crédito bancário – Capital de Giro nº 270388912, 270500312, 270539212, 270539312 e 270631312.

* * *

Guilherme Martins de Godoy Pereira
Vice presidente

Garibaldi Teixeira Filho
Diretor financeiro

Wagner Oliveira
Gerente de controladoria
Contador CRC 1SP177690/O-4

Anderson Silva Lira
CRC 1SP219971/O-5
Contador